



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001517-64.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Franquia**
 Requerente: **Ana Carolina Urbaczek**
 Requerido: **ZENAIDE SANTOS CARDOSO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Sustentou a autora que na ocasião em apreço conduzia um automóvel pela Rua Sorbone, do lado esquerdo da pista, e ao efetuar ultrapassagem sobre outro veículo, dirigido pela ré, foi por ele abalroada, salientando que a mesma desviou de buracos existentes na rua sem perceber sua presença.

Já a ré em contraposição salientou que acionou a seta indicativa de que derivaria à esquerda, mas ao fazê-lo foi atingida pelo automóvel da autora que a ultrapassava de maneira irregular e desenvolvendo velocidade incompatível com o local.

A única testemunha inquirida foi Carlos Eduardo Formenton.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ele disse que estava atrás dos veículos das partes, sendo que o da autora se encontrava ao seu lado esquerdo e o do ré, no lado direito.

Acrescentou que em dado momento a ré procedeu a uma conversão à esquerda e com isso bateu contra o veículo da autora.

Observou que a ré apenas acionou a sinalização de seta depois do embate.

De outra banda, merecem destaque as fotografias de fl. 35, as quais atestam que a parte frontal lateral esquerda do automóvel da ré colheu a parte lateral esquerda média do veículo da autora.

A conjugação desses elementos faz prevalecer o relato exordial em face do extraído da peça de resistência.

Com efeito, sendo incontroverso que a ré na oportunidade encetou conversão à esquerda, conclui-se que a situação posta é disciplinada pelos arts. 34, 35 e 38 do Código de Trânsito Brasileiro, que dispõem:

Art. 34. O condutor que queira executar uma manobra deverá certificar-se de que pode executá-la sem perigo para os demais usuários da via que o seguem, precedem ou vão cruzar com ele, considerando sua posição, sua direção e sua velocidade.

Art. 35. Antes de iniciar qualquer manobra que implique um deslocamento lateral, o condutor deverá indicar seu propósito de forma clara e com a devida antecedência, por meio da luz indicadora de direção de seu veículo, ou fazendo gesto convencional de braço.

Parágrafo único. Entende-se por deslocamento lateral a transposição de faixas, movimentos de conversão à direita, à esquerda e retornos.

Art. 38. Antes de entrar à direita ou à esquerda, em outra via ou em lotes lindeiros, o condutor deverá:

I – ao sair da via pelo lado direito, aproximar-se o máximo possível do bordo direito da pista e executar sua manobra no menor espaço possível;

II- ao sair da via pelo lado esquerdo, aproximar-se o máximo possível de seu eixo ou da linha divisória da pista, quando houver, caso se trate de uma pista com circulação nos dois sentidos, ou do bordo esquerdo, tratando-se de uma pista de um só sentido".

É oportuno trazer à colação, outrossim, o magistério de **RUI STOCO** sobre esse tipo de manobra:

"Tenha-se em consideração que a conversão à esquerda, embora permitida, é manobra que exige extremo cuidado e atenção porque sempre encerra perigo, somente podendo ser realizada após verificação da corrente de tráfego no mesmo sentido e em sentido contrário, evitando interrompê-la"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

("Tratado de Responsabilidade Civil - Doutrina e Jurisprudência", Ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, p. 1644).

Assentadas essas premissas, anoto que na espécie vertente a causa eficiente do acidente não guardou liame com a ultrapassagem da autora (ainda que se tivesse por irregular) e sim repousou na desatenção da ré quando fez conversão à esquerda de maneira desatenta.

Isso porque no momento em que ela assim agiu a autora já a estava ultrapassando, como claramente se vê a fl. 35.

Por outras palavras, se a ré tomasse as cautelas indispensáveis para efetivar a conversão sem dar margem a situação de risco aos que trafegavam no mesmo sentido constataria que o automóvel da autora já a ultrapassava, inclusive com a parte frontal à frente de seu veículo.

Reunia condições, portanto, de evitar a colisão, mas não foi o que aconteceu, tanto que sucedeu o embate.

Já a suposta velocidade incompatível da autora não foi respaldada por um indício sequer.

Fixa-se, assim, a culpa da ré pelo acidente, daí promanando sua responsabilidade em ressarcir a autora pelos danos que suportou.

Tal reparação dar-se-á com fulcro no documento de fl. 06 à míngua de circunstância objetiva que suscitasse dúvida sobre a sua regularidade.

Ele, ademais, está em consonância com o que acontece em muitas situações semelhantes à dos autos, como revelam as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95), não sendo imprescindível a apresentação de nota fiscal para atestar a concretização do pagamento.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE a ação e IMPROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.050,00, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2018 (época do desembolso de fl. 06), e de juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 25 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**